



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 68ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 2022.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)

Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão (PATRIOTA)

Vereadora Cristiana Maria Aroucha Lima Furtado - Cris Furtado (CIDADANIA)

Vereador Emannuel Bezerra dos Santos – Emano Santos (PV)

Vereadora Fabíola Levi Meira – Fabíola Rezende (PSB)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo (PDT)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)

Vereador Tanilson Tarso Nobrega Soares (AVANTE)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Niedson dos Santos Miguel – Neném de Seu Mano (PROS)

Ausentes com justificativa:

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Ausentes:

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 10h:08, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária” e disponibilizou a tribuna, caso algum vereador quisesse fazer a leitura bíblica ou de alguma outra religião, o que foi acatado pelo Sr. vereador Bruno Farias que fez a leitura do texto bíblico.

O Presidente, Sr. vereador Dinho, falou aos líderes da situação e oposição. Disse: “Hoje teria votação - ou vai ter votação - mas depende dos senhores, porque a gente está na reta final de análise do Projeto da Lei de Orçamento Anual, a LOA. Temos também reta final - e hoje, ou foi ontem, o prazo de emendas para ser analisado. Vários projetos ainda em pauta para serem aprovados, mas, como fui abordado por várias pessoas dizendo que eu estou cerceando o direito de fala aqui nesta Casa - e falo com bastante tranquilidade porque aqui é regimento, não vou burlar o regimento. Agora, eu acho que acordo tem que ser acordo. Se a gente está acordado para votar as matérias e, terça-feira, a gente entrar em recesso, beleza. Mas na sessão de terça-feira o acordo era votações. Votamos 38 matérias: 5 do governo e 33 dos parlamentares. E ainda tem várias matérias a serem aprovadas. Na hora que se inicia uma votação e após encerramento, encerra-se a sessão. Se também vocês quiserem antecipar suas falas, ou abrir uma exceção para o Pequeno ou Grande Expediente, esta Casa aqui é democracia, todos têm direito a fala. Agora, eu quero um compromisso: quando terminar a fala, ter quórum para votar, porque aí vou cobrar presença em plenário. Se não, a gente não vai terminar o ano legislativo com as nossas metas, que é cumprir o regimento e as votações”. Em seguida, ratificou o comunicado que o Plano Diretor se encontra na Casa desde terça-feira no SAPL, e disse que será lido hoje: “Recebi à tarde, de um dia anterior da terça-feira. Disse que ia ler hoje, e hoje o secretário vai ler o Plano e vamos cumprir o regimento. São 169 páginas, e não é um Plano Diretor que a gente vai votar daqui para terça-feira, porque essa Casa tem austeridade. Essa Casa aqui tem Mesa Diretora, tem regimento para se cumprir. Vai ter audiência pública, vai ter debate com as entidades. A gente vai entrar em recesso, vou criar uma comissão e, após análise, nós vamos discutir e debater. Qual é o problema? A casa do povo é para isso. Vamos cumprir a meta e bater o recorde novamente, de matérias aprovadas nesta Casa, que a produção dessa Casa - aí eu tenho que agradecer a todos os vereadores - está sendo, mais uma vez, recorde de matérias analisadas e votadas. O trâmite legislativo está funcionando muito bem”. Em seguida, concedeu a palavra aos líderes da situação e oposição para sugestão de trâmites.

O Sr. vereador Bruno Farias, líder da situação, disse: “Presidente, inicialmente parabenizá-lo pela condução democrática nesta Casa, sempre ouvindo todos os lados, permitindo que, independentemente dos campos políticos em que nos enquadrados, nós possamos reverberar o sentimento da cidade e desses campos políticos que cada um de nós representa de maneira legítima no Poder Legislativo. Nós sabemos o quanto V. Ex.^a prima pelo bom debate, permite que todos nós usemos da fala para expor as nossas ideias, nossas opiniões e nossos pensamentos. Portanto, primeiro gostaria de fazer esse reconhecimento público. Em segundo lugar, endossar, inclusive como líder do governo, essa palavra que V. Ex.^a dirige a toda cidade de que o Plano Diretor irá percorrer todas as fases regimentais previstas com diálogo aberto com a sociedade. O prefeito Cícero Lucena passou quase dois anos dialogando com a sociedade para construir esse Plano, enviá-lo para essa casa legislativa, e a segunda fase, que é justamente a fase da discussão no Poder Legislativo, também obedecerá esse critério, esse rito democrático, participativo, de colaboração da sociedade civil. Portanto, eu gostaria também de parabenizar V. Ex.^a por essa postura. Em relação à sessão de hoje, nós consensuamos com a oposição,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

através do vereador Marcos Henriques, que nós poderíamos inverter a pauta. Nós poderemos começar pela Ordem do Dia votando as matérias e, em seguida, a gente faz o Pequeno Expediente e Grande Expediente até que todas as inscrições sejam esgotadas. Era isso que eu queria dizer renovando minhas congratulações”.

Em questão de ordem, o líder da oposição, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Sr. Presidente, nós da oposição jamais tivemos o objetivo de afrontar, o fato é que em dois anos sempre tivemos Pequeno e Grande Expediente em todas as sessões. Nós tínhamos, antes da pandemia, três dias de sessão, após a pandemia se passou a ter o Pequeno e Grande Expediente em todas as sessões. Se tem um procedimento e muda repentinamente, então eu estranhei. Mas fica aqui o meu espírito natalino para que esta Casa possa votar as propostas importantes para a cidade de João Pessoa. Com relação ao Plano Diretor eu tenho certeza que o trâmite vai ser respeitado por se tratar de uma matéria tão importante para a cidade de João Pessoa”.

Pela ordem, o Sr. vereador Toinho Pé de Aço registrou o falecimento do senhor Romualdo Ferreira Xavier e se solidarizou com a sua família. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, informou ao Sr. vereador Toinho Pé de Aço que o requerimento do voto de pesar se encontrava em mesa para recolhimento de assinaturas.

O Sr. vereador Carlão disse: “Senhor presidente, somente para referendar um fato aqui. De fato, a razão da existência da Casa, o uso de tribuna, a fala, o respeito que a mesa diretora sempre teve com cada vereador, mas é na tribuna que a gente defende os nossos direitos. As pessoas votaram em nós justamente para isso, para estar ali na tribuna. Quanto mais você, tem uns que não utilizam a tribuna, preferem o contato pessoal, isso é importante, mas essa Casa, ela existe justamente para o falar, e quanto mais nós pudermos dar oportunidades de fala, melhor para esta Casa, mais democracia. Já existem muitos tribunais que estão cerceando o direito de fala de parlamentares. Então, tenho certeza que o presidente, como a mesa diretora, como cada vereador aqui, sempre vai primar por isso. Então, o que é que eu sugiro? E lembrar dos últimos três, quatro anos. Primeiro a votação e, passada a votação, existindo tempo hábil, até 1h da tarde, salvo engano, deixar os vereadores falarem. Apenas esse bom senso. Essa Casa sempre teve que dar a oportunidade dos vereadores irem lá, travarem suas batalhas na tribuna e com isso expressarem o seu livre-pensamento. Já basta de tribunais superiores cerceando os pensamentos e fala de parlamentares e tenho certeza que essa Casa não comunga com isso”. O Sr. Presidente Valdir Dowsley - Dinho disse: “Sem problemas, vereador Carlão, mas vou retificar minha fala. Nós aqui, há dois anos nesse primeiro biênio, todas as terças a gente faz a votação e toda quinta a gente abre o Pequeno e Grande Expediente. Isso aqui é praxe, todo mundo aqui já está acostumado. Não precisa nem eu dizer ou falar sobre acordo, até por conta de quórum e tudo, agora, depois de uma sessão da gente votar 38 matérias, o vereador Damásio na quarta-feira já estava rouco, e o acordado não sai caro. Se o Regimento Interno diz, após uma votação a sessão é encerrada. Eu estou querendo, aceitando o acordo porque o líder da oposição e da situação pediram, porque senão eu vou botar o regimento de novo, após as votações encerra sessão, é regimento vereador Carlão. Eu não vou discutir sobre essa matéria, agora, está acordado que após as votações vai se abrir para o Pequeno e o Grande Expediente, aí vocês usam do tempo que vocês quiserem, agora isso está sendo acordado agora e a mesa vai acatar, agora, o regimento não fala desse jeito, quem for contrário ao regimento. Porque aqui, sem acordo, votaram quatro matérias na quinta-feira do Executivo, e não tinha nem pauta. A verdade é essa. Foi votado aqui semana passada quatro matérias do Executivo sem pauta, que vocês entraram



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

num acordo. Então, não vou falar aqui sobre quebra de regra de regimento não porque, é como o Marcos Henriques disse, o espírito natalino. Mas está aceito o pedido da situação e da oposição. Após o término das votações abre-se a tribuna para Pequeno e Grande Expediente. Está acordado. Está acatado. Agora, na sessão anterior não existia isso, não tinha esse acordo, mas o acordado é combinado, não sai caro. Já teve muita fala e vamos produzir que já são 10h25”.

Pela ordem, o Sr. Marcílio do HBE informou que se encontravam em plenário alunos das escolas do município: “Nós estamos recebendo aqui na Casa, alunos das escolas do município que, nesse final de semana, participaram do E-sports através de uma emenda destinada pela gente, e eu gostaria de cumprimentá-los aqui em seu nome, Presidente, todos esses alunos e professores. Vocês que estão aí, que são alunos do município”. O Presidente, Sr. Valdir Dowsley – Dinho se acostou as palavras do Sr. vereador Marcílio do HBE: “A Câmara fica grata pela presença de vocês aqui, exemplo no E-sports. Tenha certeza que o vereador Marcílio faz uma justa homenagem de parabéns à prática do esporte, que é bastante importante aqui para o nosso município para os jovens, incentivando os jovens a saírem de outros caminhos e virem para o caminho bacana, que é o caminho do esporte, da saúde. Parabéns a vocês e a você, vereador Marcílio ”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Memorando nº 20/2022 – Autoria: GVEV

Assunto: Justifica ausência da vereadora Eliza Virgínia nesta sessão.

Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação a ata da 67ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL), aprovado também o requerimento do Sr. vereador Toinho Pé de Aço, incluso na pauta REQ-Luto nacional, pesar, ou calamidade pública nº 60 de 2022. Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

REQ- Votos nº 184/2022, de autoria do Sr. vereador – Marmuthe Cavalcanti

Situação: aprovado



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Declaração de voto: O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Presidente, só para poder ressaltar a importância do requerimento que apresento na manhã de hoje e que foi aprovado unanimemente aqui pelos meus pares, já agradeço, que é o voto de aplauso ao deputado federal Hugo Motta por ter alçado à condição de líder dos republicanos na Câmara Federal, um político nato, um exemplo de pessoa pública, apesar da pouca idade, mas tem uma experiência e um trabalho altamente exitoso e exemplar. Então, a casa Napoleão Laureano faz jus aplaudir ao político que representa tão bem a nossa Paraíba no Congresso Nacional, lutando incansavelmente para trazer recursos, para trazer emendas, para fazer com que nosso estado se desenvolva cada vez mais, compromisso fiel com os paraibanos, é o mandato do deputado federal Hugo Motta, que eu tenho muito orgulho também de poder fazer parte desse time dos republicanos, fazer parte desse grupo seleto de políticos que realmente tem compromisso de verdade com as pessoas, com as cidades e com o estado da Paraíba”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Parabéns vereador, também parabenizar o deputado federal”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Obrigado, na verdade, é só pedir ao colega de partido para que possamos subscrever esse requerimento. E dizer que Hugo Motta tem feito um trabalho muito importante para a nossa Paraíba e para o nosso partido, apesar de ser um político muito jovem, mas de uma experiência e de uma desenvoltura política muito grande”.

REQ- Votos (Art.171, Inc. X - Reg. Interno CMJP) nº 185/2022, de autoria do Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho

Situação: aprovado

Declaração de voto: O autor, Presidente Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho destacou o voto de aplausos ao Dr. Ademar Azevedo Régis e a Dr.^a Nicole Leite Moraes Nunes, pelo lançamento do livro *O Direito e as Séries*.

1.2 Comentários

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, lembrou dos 44 de serviço da servidora da Casa, Sr.^a Janete.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: PLO 400/2021

Autoria: Vereador Zezinho Botafogo



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE PERÍMETRO DE PROTEÇÃO ESCOLAR NO ENTORNO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 02: PLO 955/2022

Autoria: Vereador Guga

Assunto: CRIA O CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOAS PUNIDAS POR MAUS-TRATOS A ANIMAIS – FICHA SUJA DOS MAUS-TRATOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Carlão disse: “Eu não consigo compreender esse projeto de lei que a gente pode estar votando. Eu queria, por favor presidente, que colocasse ali na tela porque pelo que eu estou vendo aqui, criar um cadastro municipal de pessoas punidas por maus tratos animais, ficha suja dos maus tratos no âmbito do município. A gente poderia colocar aí para ver o que é?”. O presidente solicitou que fosse colocada a ementa do projeto em tela. O primeiro secretário fez a leitura do teor do projeto. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Tem que ter muito cuidado com essas votações. É um projeto que, teoricamente, será vetado. Cria atribuições claras para o Executivo e, inclusive, cria sanções fora do Código Penal. Ele está colocando sanções penais em uma matéria legislativa municipal. Então, vereadora Fabíola, vossa excelência tem conhecimento da lei animal, do que a gente pode aprimorar, a câmara municipal tem sido extremamente parceira na elaboração de leis que tratam sobre os cuidados com os animais, mas eu preciso ouvir vossa excelência para que eu possa entender melhor, mesmo sabendo que o projeto não é de autoria de vossa excelência, mas me preocupa, porque depois eu vou estar aqui enquanto base de governo votando veto e vai me constranger de votar. Então, se eu entender que tem vício de iniciativa, eu prefiro votar contrário desde então”. A Sra. vereadora Fabíola Rezende disse: “Acredito eu que o prefeito Cícero Lucena não vete. Ontem, eu assisti uma entrevista do futuro ministro da Justiça, da Justiça viu, não foi do Ministério do Meio Ambiente não, onde ele disse que será parceiro da causa animal. Esse projeto, ele prevê isso, no meu entender. A pessoa que é capaz de fazer algo a um animal, ele é capaz de fazer com qualquer outra pessoa, com qualquer ser humano, criança ou idoso. Isso aí eu sou a favor, tem que ser punido sim, tem que ter a multa, e quem, por exemplo, se vossa excelência tivesse um processo, por exemplo, sobre maus tratos, isso realmente tem que constar porque se o prefeito Cícero Lucena criou a coordenadoria de direito e bem-estar animal, eu não acredito que ele vai vetar esse projeto de Guga não. E aqui eu estou falando como uma protetora, uma defensora, que acompanha a causa animal em todo o Brasil. Então, eu voto totalmente a favor do projeto”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Eu vou dizer uma verdade, vereadores. Isso não é um projeto de lei não, está mais parecendo um menino doido, como dizia o senador Magno Malta. Está estipulando multa de um a 40 salários mínimos, um a 40 salários mínimos provavelmente para quem fizer maus tratos com animais, e eu não concordo com maus tratos aos animais não, mas se qualquer um aqui fosse se defender de um murro de um cabra e pagar indenização



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

por agressão vai pagar R\$5.000 (cinco mil reais) a R\$10.000 (dez mil reais) de indenização. O que é que eu quero dizer? Quero dizer que se eu for me defender de um cara, de uma tapa, um soco, eu vou pagar indenização, danos morais de R\$5.000 (cinco mil reais) a R\$10.000 (dez mil reais), mas se for um animal eu vou pagar 40 salários mínimos. A gente tem que entender de dosimetria. A dosimetria das multas ou das agressões que tem que sofrer. Sou solidário aos animais, mas antes de tudo aos humanos. A gente tem que entender que animal morre de fome se humano não alimentar, mas não é animal que vai dar comida a humano se ele tiver morrendo de fome não. Primeiro a gente trata o humano, a saúde do humano, e depois, para que o ser humano tenha condições de tratar o animal. Está tendo uma inversão de valores aqui, eu só quero trazer isso. E não é agressão, a gente está pedindo o direito de voz quando outro está gritando e eu estou falando aqui não. Isso aqui vou falar sempre. Qualquer pessoa que gritar quando eu estiver falando eu vou dizer, deixe eu falar. É assim que tem que ser. O que eu estou pedindo aqui nesta Casa é equilíbrio. É assim que tem que ser. Equilíbrio gente. No mínimo um pedido de vistas. Está muito acima do que um veto do prefeito. A gente está aqui imputando aos cidadãos de João Pessoa. Olha o risco que a gente está correndo”. O Sr. vereador Bispo José Luiz: “Eu cheguei já com a discussão em andamento e peguei o finalzinho da fala do vereador Carlão. Eu acho, pelo que eu ouvi da fala do vereador Carlão, eu acho que tem coerência o que ele está falando. Porque de um a 40 salários mínimos, aí é uma coisa muito desproporcional. Tudo bem, eu também levanto a bandeira da causa animal, todos sabem aqui na Câmara que a gente desde o primeiro mandato vem lutando. Fabíola chegou, que é da causa animal, a gente tem conversado muito, quanto mais gente aqui melhor para fortalecer a causa, mas eu acho que cabe sim pedido de vistas e ser suprimido esse inciso aí”. A Sr.^a vereadora Cris Furtado disse: “Quanto à matéria, eu concordo, eu também sou contra a maus-tratos a animais, mas eu me acosto à fala do vereador Milanez Neto, porque eu acredito que esse projeto de lei está ultrapassando a competência, Fabíola. Eu não sou contra o objeto, mas eu acredito que esta Casa não tem competência para tratar da matéria nesses termos, estabelecendo punições. Ratifico aqui o meu apoio à causa animal, mas não votarei a favor em virtude de uma questão técnica que vai fugir à competência da nossa Casa Legislativa”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria saber para que é que existe a CCJ, porque a CCJ é a Comissão de Constituição e Justiça, que traz as matérias que são constitucionais, então alguma coisa está errada aí. Passa por cara? Como é isso? Sobre o projeto, gente, ele vai para o prefeito. Logicamente que o prefeito vai pegar essa multa e vai diminuir, ou vai colocar uma alternativa, entendeu? Essa observação que o vereador Carlão fez é importante, agora, deixa o prefeito se posicionar contra essa questão da multa. O prefeito não vai assinar um projeto com uma multa de 40 salários mínimos, ele vai ponderar quanto a isso”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Vereadores, é um projeto polêmico e eu não gosto de interferir em votação, até porque eu não posso votar, mas até agora o vereador mais sensato na sua fala foi o vereador Milanez, porque a CCJ erra também, a gente tem que reconhecer que a gente é humano. E aí, me desculpe, vereador Marcos Henriques, a CCJ existe para elaborar e analisar projetos, aprimorar também, mas pode errar também, existe a CCJ para justamente isso, não quero aqui discriminar os membros da CCJ não, pelo contrário, fazem um excelente trabalho nessa Casa. Agora, a fala do vereador Milanez é sensata porque, não tenha dúvida, por mais que eu também defenda a causa e ajude, que esse projeto é inconstitucional, foge das nossas obrigações. Capaz inclusive de a Casa ser criticada porque aí está tratando de direito que não cabe a esta Casa, é uma lei municipal. O projeto, pela relevância dele, é unânime, mas a elaboração é que está faltando alguns itens que eu acho que cabia, até para também não prejudicar, um pedido de vista, ser analisado e aí revisto, a CCJ é humana também, para ter dado um parecer, e aí o alerta do vereador Milanez é para que a gente também não aprove um projeto que depois a prefeitura vete, que depois



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

venha para cá para derrubar veto, e ser uma matéria que depois termine com uma ADIN, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque também tem que preservar o caráter institucional e também esta Casa não pode ir acima da Constituição Federal”. O Sr. vereador Marcílio do HBE citou vídeo de indivíduo que teria chutado um cachorro sem motivo, depois, disse: “Então, assim, se esse cidadão aí, ele é denunciado numa delegacia, e aí vai a um inquérito, vai um processo e ele é condenado na justiça, aí esse cidadão fica dentro desse projeto aí do vereador Guga. Esse cidadão, por ser condenado pela justiça, ele não poderá ocupar um cargo dentro do nosso município. Eu só estou colocando isso aqui para a gente refletir porque, na realidade, assim, no calor da emoção a gente não pensa, e eu vi essa ação maldosa, criminosa do cidadão no meio da rua. Você chutar cachorro morto é bom demais, agora você deixar passar em branco um negócio desse? Até porque às vezes você não denuncia porque não tem punição. Você vai denunciar uma coisa que vai ficar em vão? Então, eu acho que o pensamento da CCJ pode ter sido esse também. Obrigado”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu acho que a questão da dosimetria da pena, o próprio inciso I já vai observar, situação econômica do infrator. De 1 a 40, eu acho que é de 1 a 40, e pode ser de 1 a 100, depende de quem agride o animal. Se for um camarada abastado, ele tem que pagar uma pena maior. Bom, eu acho que isso aí é irrelevante, a questão da dosimetria. A lei penal já prevê penalidade, já estabelece. A gente também não pode suplantar uma lei federal que já existe. Agora, ao meu ponto de vista, se o município quer penalizar alguém e no poder discricionário do município dizer o seguinte: olhe, quem for condenado por agressão animal não vai entrar [inaudível]. Eu também não vejo nada demais. Ora, eu sou o prefeito: olha, quem agredir animal no município não trabalha não. E qual o problema? Será que é inconstitucional isso? Não sei. Bom, essas eram as minhas considerações”. A Sr.^a vereadora Fabíola Rezende disse: “Ontem, na entrevista do Ministro da Justiça, ele falou que 87% das pessoas que maltratam os animais fazem isso com seres humanos também. Só respondendo à sua pergunta, vereador Carlão, e pedindo a V. Ex.^a que baixe o tom de voz na hora de dizer para esperar, seja com uma mulher ou um homem, mantenha a educação. Eu quero lhe dizer que na sua religião, na minha religião, naquela palavra que se encontra ali, diz que o justo cuida dos seus animais. Então, os animais são considerados seres sencientes no mundo inteiro. Ao amigo, vereador Milanez, a Casa já tem um projeto aprovado que é do vereador Bruno Farias sobre as carroças. Então, não teria como incluir, a questão da multa para quem maltrata os cavalos, chicoteia. Já existe nessa Casa uma lei aprovada, que é do vereador Bruno, e que está no Ministério Público uma ação para que essa lei venha a ser cumprida no âmbito do município. Então, não entra aí. Eu venho aqui agregar a minha fala à do vereador Marcílio e do Coronel Sobreira e de todos que entendem, que para o senhor o animal pode não ser importante, mas para mim é e está dentro da palavra. E defendo os humanos, se eu não defendesse os humanos, não estaria defendendo os animais, vereador Carlão. O senhor é contra os animais, porque o senhor está se abstendo aos meus projetos, o senhor está votando contra os meus projetos, eu queria entender o que é que o senhor está querendo com isso em relação aos animais, porque eu acho que o senhor não está entendendo”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Eu não vou mais discutir esse assunto, eu vou colocar o pedido de vistas e jogar para o plenário que eu acho que é a democracia”. O Sr. vereador Emano Santos disse: “Eu vejo que é uma matéria bastante complexa. A causa animal hoje e sempre foi bastante discutida aqui nessa Casa e bastante respeitada com o nosso vereador Bispo Zé Luiz, vem sempre levantando essa bandeira, venho observando aqui a discussão dos novos colegas bastante sucinta, Milanez Neto, Fabíola Rezende e Carlão. É como nosso Presidente falou, vamos manter o espírito natalino, vamos manter a calma, aqui é uma casa democrática, é aqui onde deve se discutir, mas com respeito e de uma forma que a gente possa conduzir o bem para nossa cidade. Por essa matéria ser bastante complexo, eu tenho apresentado o projeto e está em pauta



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

também sobre a causa animal, que proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública na cidade de João Pessoa por pessoa condenada pelo crime de maus tratos contra animais. Eu vejo que deve juntar os dois e ver essa questão de multas que está bastante discutida e chegar a um denominador comum. Vamos fazer com que a gente faça esse projeto acontecer”. O Sr. vereador José Luiz disse: “Gostaria que os colegas ouvissem e me entendessem porque que eu estou dizendo isso. O autor do projeto não está presente, é muito ruim quando o autor do projeto não está para fazer a sua defesa, para discutir, para falar. Vereador Carlão pediu vista do projeto, vai ser votado, mas esse projeto não poderia ser retirado de pauta?”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Não, porque o projeto já tramitou em todas as comissões e o vereador está de licença, não é que ele está ausente, ele está licenciado. Então, a gente precisa limpar uma pauta, senão a gente não vai votar a LOA, o PPA, as emendas impositivas. Se eu deixar as matérias vai ficar trancando a pauta, todos os projetos que tiverem para votar, a gente tem que votar, fazer um esforço concentrado. O projeto é polêmico e está apto a ser votado, tramitou em todas as comissões e está aí a sequência das votações desse projeto, tem que ser votado. Eu vou colocar o pedido de vista para o plenário, se os vereadores acharem que o projeto é polêmico, vocês acatam o pedido de vista, se não, votem a matéria. Vamos colocar o pedido de vista do vereador do Carlão em mesa aqui em plenário agora”.

Votação Simbólica do Pedido de Vista(**):** favoráveis: 17; contrários: 01 (Fabíola Rezende); abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou acatado o pedido de vista.

ITEM 03: PLO 975/2022

Autoria: Vereador Eliza Virgínia

Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO GRAFITE NAS RUAS PARA A APLICAÇÃO DA ARTE EM GRAFITE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 01 (Marcos Henriques); ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir José Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 04: PLO 985/2022

Autoria: Vereador Thiago Lucena

Assunto: DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA CRIAÇÃO E ESTÍMULOS AO PODER PÚBLICO PARA IMPLANTAR A CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TOKENS NÃO FUNGÍVEIS – NFTS

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir José Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Neste momento, o Sr. vereador Tarcísio Jardim assume a presidência dos trabalhos.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 05: PLO 1010/2022

Autoria: Vereador Coronel Sobreira

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA “CRAQUE, SÓ DE BOLA”.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: Na Presidência, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 06: PLO 1035/2022

Autoria: Vereadora Fabíola Rezende

Assunto: RECONHECE OS(AS) PORTADORES(AS) DE FIBROMIALGIA COMO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Quero parabenizar a vereadora Fabíola pela matéria. Vossa excelência também tem uma bandeira em favor das pessoas com fibromialgia e é fato que nós temos um contingente significativo de pessoas que sofrem com essa doença que causa dores insuportáveis no corpo das pessoas que são portadoras dessa doença. De fato, é de extrema importância inserirmos os portadores de fibromialgia dentro do rol de pessoas com deficiência, porque a doença, sobretudo no momento mais crítico, trava as pessoas que chegam a ficar acamadas, dificulta a locomoção com inúmeras limitações”. O Sr. vereador Carlão disse: “Eu fico feliz quando esta Casa se preocupa com o ser humano, com a dor do ser humano, com o sofrimento humano, e eu sei que os vereadores têm essa preocupação. Então, eu quero pedir aos vereadores aqui para acompanhar o projeto de lei em razão da relevância. O ser humano com fibromialgia não consegue cuidar nem dele mesmo, nem de sua família e seus animais. E é por isso que o zelo desta Casa, o foco desta Casa tem que ser no ser humano”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “É importante esse texto e eu acho que uma coisa não exclui a outra, você defender os animais e defender também os seres humanos, eu acho que é uma complementação. No entanto, quem odeia categoria, sou de uma categoria, categoria bancária, que é muito acometida pela fibromialgia e muita gente não faz ideia, a gente não pode levantar um copo com água, gente que está totalmente impossibilitada de fazer as coisas mínimas dentro de casa e são pessoas em potencial com deficiência. Então, fica aqui os meus parabéns a vereadora Fabíola pela sensibilidade, pela pauta desse ponto que é tão importante e eu também, igual o vereador Carlão, eu oriento a nossa bancada à aprovação pela relevância do projeto”. O Sr. vereador Toinho Pé de Aço disse: “Eu também quero parabenizar a vereadora Fabíola pela iniciativa e eu acho que a gente também tem que ter coerência dentro do plenário na hora da gente decidir qualquer decisão. Mas, parabéns vereadora”. Na presidência, o Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Aproveitar também só para parabenizar a vereadora Fabíola pelo projeto. Como bem falado pelo vereador Bruno Farias, no começo do meu mandato a gente encabeçou uma luta para os fibromiálgicos terem acesso à carteirinha que já era uma lei municipal desde 2019. Eles não tinham acesso a essa carteirinha e um dos grandes problemas dessa carteirinha é a falta de informação. Há pouco tempo que se determinou que era doença autoimune, mas a população como um todo não sabe o que é isso, não sabe os males que essa doença causa, como se manifesta de diferentes maneiras nas pessoas e por isso um



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

diagnóstico ficava praticamente impossível. Depois da proliferação dessa doença e das notícias dos males que elas causam às pessoas, as casas legislativas começaram a ter mais informações e cuidar mais dos seus acometidos”. A Sr.^a vereadora Fabíola Rezende, disse: “Eu queria dizer o seu nome, amiga Thayse Regina, que a você e a todos e todas as pessoas que têm fibromialgia, a qual nesta Casa eu também fui procurada e por todos aqueles que me pediram, porque a própria vereadora tem fibromialgia, e só sabe quem tem, como o presidente aí falou. É uma doença difícil de ser reconhecida e só quem tem, sabe o que passa. Muitas vezes, você está dentro de um quarto sentindo dores que você não sabe de onde vem. Então, todos os portadores de fibromialgia, que esse projeto seja aprovado porque o sofrimento é grande e isso vai ser uma vitória grande, muito grande para as pessoas que têm essa doença”. O Sr. vereador Bispo José Luís disse: “Só parabenizar a autora do projeto pela sua sensibilidade e preocupação com essas pessoas que, realmente, a coisa é muito difícil. Só quem tem sabe o que é isso. Quem não tem não sabe avaliar. Parabéns, tem o meu respeito e o meu voto ao seu projeto”. Na presidência, o Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Inclusive, tem uma problemática que na época do acesso a essa carteirinha eu discuti na época com o secretário de saúde, que era o doutor Fábio Rocha, e existe um medicamento que evita as crises agudas que não são distribuídos pela rede municipal porque ele não tem um cadastro no Ministério da Saúde. Inclusive, ele disse que iria abraçar essa causa para conseguir esse cadastro, essa rubrica deste medicamento lá no Ministério da Saúde para que ele fosse distribuído pelas prefeituras também. Acho que isso não andou, é uma causa que a Casa e nós vereadores poderíamos abraçar para que os fibromiálgicos pudessem ter acesso a esse medicamento que é bem caro e alguns não têm acesso de comprar”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: Na Presidência, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o projeto em 1^a e 2^a discussão.

ITEM 07: PLO 1039/2022

Autoria: Vereador Bruno Farias

Assunto: INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE VIGILANTES DO SEXO FEMININO NOS ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Vereador Bruno, pela ementa, V. Ex.^a sugere a presença de uma segurança feminina também. Eu vejo que a prática disso é para eventos, é isso?”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Sr. Presidente, muito pertinente a dúvida do vereador Carlão para que nos locais, nos estabelecimentos em que houver segurança, abordagem, até porque a maioria do público, a maioria das pessoas que residem em nossa cidade e no país como todo é formada por mulheres, nós tenhamos profissionais do sexo feminino fazendo essa abordagem nas mulheres, já que um homem fazendo esse tipo de abordagem pode gerar algum tipo de desconforto, algum tipo de sentimento ruim, algum tipo de infração penal. Então, essa seria o espírito dessa lei”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Inclusive a revista pessoal já é determinada por lei que seja feita com gente do mesmo sexo do revistado”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Então, nos lugares de revista, perfeito vereador Bruno, assim na necessidade da revista, necessariamente, a presença de uma segurança feminino, perfeito, porque me assustava porque existe estabelecimento que só tem um segurança e não existe revista e a exigência seria também de uma figura feminina, mas unicamente a revista, parabéns pelo projeto, vereador”. A Sr.^a vereadora Cris Furtado disse: “Parabenizar o vereador



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Bruno pela iniciativa, eu vejo esse projeto muito pertinente e também vai oportunizar que mais mulheres exerçam essa função. Nós sabemos que no ambiente de trabalho ainda predomina pessoas do sexo masculino, então, com essa determinação também vai haver um ganho para o público feminino que vai ter mais oportunidades de trabalho”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Eu gostaria de parabenizar o vereador Bruno Farias, autor do projeto, mas eu só tenho uma única preocupação aquela palavrinha que está lá em cima ‘obrigatoriedade’. Eu acho que esse projeto será vetado por conta daquela obrigação lá, o projeto é excelente”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: Na Presidência, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, reassumiu a presidência dos trabalhos.

ITEM 08: PLO 1068/2022

Autoria: Vereadora Fabíola Rezende

Assunto: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA MANUTENÇÃO DE, AO MENOS, UM EXEMPLAR DA LEI MARIA DA PENHA EM ESCOLAS, BIBLIOTECAS PÚBLICAS E UNIDADES DE SAÚDE.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Sr.ª vereadora Cris Furtado disse: “Eu só gostaria de parabenizar aqui a vereadora Fabíola pela iniciativa. Nós sabemos que a violência contra mulher é algo que existe em todos os ambientes. Então, é muito importante que a escola, que é um lugar de aprendizado, de formação de crianças e de adolescentes, também, desde cedo, já comece a participar de discussões acerca desse tema tão importante. Por que, o que eu vejo? Nós temos que coibir a violência, mas, muito mais importante que coibir a violência contra a mulher, só conseguiremos fazer isso por meio da educação. Parabéns vereadora”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PLO 1076/2022

Autoria: Vereador Tanilson Soares

Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "INCENTIVADOR DE ADVOCACIA INICIANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 10: PLO 1097/2022

Autoria: Vereadora Fabíola Rezende



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO DE MENSAGENS EDUCATIVAS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO ANIMAL NO TRANSPORTE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Carlão disse: “Eu queria saber da vereadora Fabíola, porque as empresas de transporte público, até onde eu sei, elas são empresas privadas. É uma obrigatoriedade para a gente colocar avisos de proteção animal às empresas privadas. Então, eu queria só que a vereadora Fabíola pudesse esclarecer, como é que a gente vai criar obrigação para quem é do setor privado”. O primeiro-secretário, Sr. vereador Damásio Franca fez a leitura do projeto. A Sr.^a vereadora Cris Furtado disse: “Eu só quero ressaltar, vereador Carlão, eu entendo a preocupação de vossa excelência, mas já existe um projeto similar aprovado que prevê essa conscientização no tocante a violência contra as mulheres. É só uma questão de informar a sociedade. Não é nada que vise gerar uma obrigação para o empresário, mas somente com o intuito, como os meios de transporte eles circulam, oportunizam o acesso que as pessoas tenham a informação. Então, seria com o intuito somente de divulgar, a exemplo do que ocorre com outros meios de comunicação aconteceria também nos meios de transporte. Eu acredito que não tem nenhuma inconstitucionalidade neste sentido”. O presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Para ajudar no debate, eu também concordo, ótimo projeto, agora, a gente não tem o poder, porque o custo disso, quem vai arcar? A gente não pode obrigar uma empresa, mesmo sendo concessão pública, a execução. Mas aquilo ali é uma empresa que aluga para divulgação”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Vereadora Fabíola, a menos de 10 minutos atrás, a gente votou um projeto aqui que criava obrigatoriedade a bancos a contratar pessoas do sexo feminino. Aí tudo bem, não houve objeção porque criou obrigatoriedade a um ente privado. Mas aí, uma empresa de transporte que tem uma concessão pública, que usufrui do município de João Pessoa para obter lucro, tem que ter sua contrapartida com o município, então nada mais justo que a empresa use o espaço para divulgar uma causa tão importante, já que ela seguidamente vence concessões aqui nesta cidade e oferece um péssimo serviço à população. Obrigado”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Vereadora Fabíola, a assessoria nos informa que o projeto de V. Ex.^a não obriga, então concordo com o projeto de V. Ex.^a, só fico preocupado em a gente fazer matérias aqui nesta Casa para preservar, como o vereador Milanez levantou aquela questão de ordem naquela discussão. É o que eu digo, a CCJ às vezes erra, mas a assessoria diz que não tem nenhuma obrigatoriedade no projeto”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Eu tenho uma preocupação, vereadora Fabíola, porque no seu projeto, ele deixa de uma forma muito genérica, não deixa muito amarrado realmente qual é o transporte que irá veicular essa mensagem. Porque diz transporte público, pode também incluir aí táxi, vans, que fazem o transporte público, até alternativo, enfim, aí não está direcionado ao transporte coletivo, entendeu? Então até os proprietários de táxi, por essa lei, serão obrigados a colocar dentro dos seus veículos. A lei é para tornar obrigatório, a lei é para obrigar algo ou desobrigar, então, se não é para obrigar, não precisaria de lei. Então, assim, só para você observar esse detalhe, é só uma ressalva que faço, embora eu vou votar favorável”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu acho também que é importante essa lei. Essa questão do custo, na verdade, nós tivemos uma lei aprovada terça-feira, também se relaciona às empresas de ônibus. As empresas de ônibus têm a concessão e de repente não querem ter custo algum. A gente falou aqui nas paradas de ônibus, camarada sofrendo as intempéries e as empresas não querem fazer uma parada de ônibus, não querem colocar um banco. Qual o problema de botar um adesivo lá no ônibus? A ideia é essa, Presidente”. O Sr. vereador Carlão disse: “Eu sempre tive uma preocupação aqui na questão das obrigatoriedades de leis sobre o setor privado. Não



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

concordo com a concessionária de ônibus quando ela não deixa aquela pessoa que está esperando o ônibus em uma condição minimamente agradável, quando os ônibus chegam aqui sem os ar-condicionados que foram prometidos, sem o Wi-Fi que foi prometido, inclusive teve isenção dessa Casa, não concordo quando as Vias de Integração estão sendo fechadas, mas eu estou tratando aqui de um projeto que, se existe obrigatoriedade ou não, a minha preocupação foi essa. Não existindo obrigatoriedade, vai caber ao concessionário do serviço público utilizar ou não, de modo que não venha aqui a ter mais delongas. A minha preocupação sempre vai ser em esta Casa, o poder público, ficar criando obrigatoriedades ao setor privado, principalmente o setor produtivo, que gasta pagando seus funcionários, que já paga altos impostos, que já sofre muitas vezes um desincentivo fiscal por meio do setor público, e ainda esta Casa criar mais obrigações. Diante da não obrigatoriedade, eu passo a analisar e ver se acompanho o projeto no período de votação”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 16; contrários: 0; abstenções: 1 (Marmuthe Cavalcanti); ausentes: 9.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 11: PLO 1125/2022

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA MODALIDADE PARADESPORTIVA COMO DIRETRIZ DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Essa Casa sempre teve uma preocupação com o esporte em razão, inclusive, de várias leis que nós aprovamos aqui mesmo sobre o paradesporto. Acontece que a Lei Orgânica do Município não absorve isso ainda. A gente estava fazendo os projetos de lei unicamente com base nas nossas leis, nos nossos projetos de lei, e não havia alteração na Lei Orgânica do Município que é a constituição do município. Então, agora os nossos projetos de lei que tratam do paradesporto vão ter um amparo também da nossa Lei Orgânica, que antes só tratava do esporte e não do paradesporto”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Eu reputo de extrema importância o projeto do vereador Carlão, mas veja o que nós estamos a fazer: nós estamos modificando a Lei Orgânica do Município através de um projeto de lei ordinária. Para modificar a Lei Orgânica é preciso uma emenda à Lei Orgânica, portanto eu acredito que o mais sensato seria o vereador Carlão retirar o projeto e reapresentá-lo no encarte adequado que é uma Emenda à Lei Orgânica”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “O artigo 60 diz que propostas de emenda modificativa supressiva têm que passar por no mínimo cinco sessões”. O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Não foi para querer tumultuar o seu projeto, é porque quando a gente vota aqui, vota com responsabilidade e quando a gente chega lá fora tem que dar satisfação à sociedade. Você votar um projeto que você não está nem sabendo o que está votando, mas concordo com seu projeto e sua intenção”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho disse: “Para ver que a CCJRLP não é a corte superior, mas pela humildade e o recuo do próprio vereador, a gente está retirando o projeto”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Para a gente ver a importância do debate. Existe um vício processual e administrativo no projeto. Ele, de fato, tem que passar por meio de emenda constitucional, não através de lei. Foi atentado pelo vereador Bruno e quando na minha fala eu falei que a gente estava alterando a Lei Orgânica do Município, que é a constituição municipal, obviamente que ela precisa passar por um outro trâmite. Acolho de forma imediata a fala do vereador Bruno e dos demais que trouxeram acréscimos, de maneira que é mais



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

correto pedir o arquivamento do projeto para que eu retome novamente como emenda à Lei Orgânica, agradeço a observação dos vereadores”.

Situação: projeto ARQUIVADO a pedido do autor.

ITEM 12: PLO 1128/2022

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE MOTO HABILIDADES E PILOTOS EQUIPARANDO-OS A ATLETAS PROFISSIONAIS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Marcílio do HBE pediu a leitura do projeto em questão que foi lido pelo Primeiro Secretário Damásio Franca Neto.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir José Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 13: PLO 1135/2022

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO VOTO CONSCIENTE A PARTIR DOS 16 ANOS E INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO VOTO A PARTIR DOS 16 ANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir José Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 14: PLO 1187/2022

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSPOSIÇÃO NOS EGM/SEAD, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (1,8 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques pediu para que o projeto fosse colocado em tela para melhor visualização.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir José Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 15: PLO 1190/2022



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. (30 mil)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 16: PLO 1207/2022

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSPOSIÇÃO NA EMLUR, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (1,319 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Às vezes esse discurso que a gente faz aqui de estar tirando da mesma secretaria para ir para a mesma secretaria é um discurso perigoso e eu vou mostrar aqui o porquê que a gente deve se atentar às realocações e esses remanejamentos e sem dar as devidas explicações. E aí, desde já eu vou solicitar ao meu colega Bruno, que sabe da minha estima por ele, para que ele possa nos explicar e nos convencer de que deve ser votado favorável. Mas acontece que eu estou transferindo aqui R\$1.319.000 (um milhão, trezentos e dezenove mil reais), retirando da remediação do antigo Lixão do Roger, retirando da implantação de novos Ecopontos na cidade, está tirando da capacitação e qualificação dos servidores da Emlur, está tirando da manutenção e conservação de bens, está tirando da expansão e da modernização de ações da Emlur, da educação ambiental, está tirando, e aqui é o que chamou mais a minha atenção, retirando a contribuição para o plano de saúde dos servidores da Emlur e está levando justamente para onde? Para a gestão e manutenção da frota de veículos. E aí eu quero que o vereador Bruno possa explicar se as frotas, eu sei que tem alguns carros, mas são poucos, porque a maioria da frota da Emlur são pertencentes às empresas que são contratadas pela Emlur, não é verdade, são frotas terceirizadas e a manutenção já está lá no contrato, já paga por essa manutenção na hora que faz esse contrato, e por que colocar R\$1.319.000 (um milhão, trezentos e dezenove mil reais) para poder fazer manutenção de veículos? É isso que eu preciso que explique. Não estou dizendo que tem nada de ilegal, imoral, mas, a princípio, a gente precisa entender para que a gente faça o melhor juízo de valor. A gente não pode se dar por convencido pelo fato de estar tirando de uma secretaria para colocar na mesma secretaria. A gente pode muito bem estar penalizando o servidor em detrimento do conserto de um pneu de um carro. O servidor é prioridade. Então é isso que precisa ser explicado. Então, não é a gente estar tirando aqui R\$30.000 (trinta mil reais) como foi o caso da política pública para as mulheres, a gente está tirando R\$1.319.000 (um milhão, trezentos e dezenove mil reais). É preciso que a população de João Pessoa entenda esse realocamento. E o que mais me chamou também atenção é que a prefeitura tem mandado, 90% das mensagens que ela manda são de realocação. E a gente está justamente fazendo a realocação em um ano que a gente aprovou a LOA do ano passado, ou seja, dentro de um orçamento que foi discutido e planejado por esta prefeitura. A gente está o tempo todo aqui remendando o que já foi



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

discutido lá atrás. A gente não está trabalhando com orçamento da gestão passada. Já é uma discussão atual em cima de um orçamento atual, trabalhado, elaborado, pensado e planejado por esta gestão”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Eu compreendo perfeitamente as indagações, inquietações do vereador Marmuthe, mas eu devo informar que nós estamos no dia 15 de dezembro de 2022. Faltam 16 dias para o fim do exercício financeiro. Nós não estamos, por exemplo, retirando ou aniquilando, zerando a dotação orçamentária para novos ecopontos ou para a contribuição do plano de saúde dos servidores. Nós não estamos zerando essa rubrica. Nós estamos tirando parte da rubrica que não será executada até o dia 31 de dezembro de 2022. Portanto, nestes últimos 16 dias do ano utilizado para uma demanda, uma necessidade da Emlur na manutenção dessa frota de veículos a ela pertencente. Então, você veja que são várias rubricas dentro da própria secretaria que são retiradas e não são montantes significativos, são montantes para que a necessidade premente, atual neste final do ano, nestes 16 dias para o fim do exercício financeiro, ser atendida do ponto de vista orçamentário. Então, é apenas isto. Nós não estamos zerando as rubricas, mas tirando um pouquinho das próprias rubricas da Emlur para atender a essa demanda dessa autarquia tão importante para nossa cidade”. O presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho disse: “Eu concordo unanimemente com vossa excelência, mas, infelizmente, a prefeitura e o prefeito Cícero não têm conhecimento disso, que a câmara está tentando pagar aos servidores antecipado, no dia 19, e uma solicitação de remanejamento de dinheiro da gente, até hoje não chegou a essa Casa para ser votado, e não vai ser votado agora, a gente vai votar terça e eu não vou poder pagar o salário dos servidores. Eu não queria expor, mas tenho certeza que o prefeito Cícero não sabe disso, porque a velocidade aqui da câmara não é a mesma da prefeitura não, infelizmente. Não queria expor isso, mas concordo com vossa excelência, vereador Marmuthe, concordo que tem que ser a mesma velocidade desta Casa aqui, a prefeitura deveria ter também, e tenho certeza que o prefeito Cícero não sabe disso, porque desde ontem disse que a mensagem foi para lá e o dinheiro da gente, para antecipar o pagamento de agora, dia 19, na segunda-feira, mas tudo bem, nem por isso deixei de votar projeto do Executivo agora, vários. Mas a sua justificativa é verdade mesmo, administrar é contrariar interesses às vezes, mas a gente tem que tirar um pouquinho dali para complementar, isso é normal em toda casa, mas a velocidade da Casa aqui é uma e a da prefeitura, infelizmente, é outra”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu acho que Marmuthe, em boa hora, coloca essa questão. Logicamente que muitas transposições dentro de uma, de um orçamento que vai se encerrar agora no dia 31 a gente entende, agora essa falta de planejamento é o que deixa a gente, por exemplo, por que você tinha dinheiro para fazer qualificação, você tinha dinheiro para fazer campanha em defesa do meio ambiente, você tinha dinheiro para fazer, inclusive, manutenção dos serviços administrativos e não fez. Aí você chega no final do ano e tira de uma coisa que ficou prejuízo. Então, é lamentável que tenha essa falta de planejamento que fica bem evidenciado neste dia de hoje e eu queria fazer apenas essa observação”. O Sr. vereador Carlão disse: “Vou apenas dizer o que são ecopontos. São grandes coletores para fazer a coleta de natureza de resíduos distintos, resíduos plásticos, resíduo alimentar, papel, alguém já viu algum desses espalhados pela cidade? Mas estavam destinados recursos para isso. Está aí a prova. Se estava destinado recursos para isso e a cidade não colocou, por que não colocou e agora está remanejando ao final? Sobra para recusar ao final só quando se faz a atividade. É simples. Não foram feitas essas atividades, não foi feita uma campanha ecológica, não foram feitas essas atividades, uma campanha de destinação correta. E a gente precisa viver, todas as cidades fazem isso no Brasil. Será que a gente vai ficar à margem? A gente precisa estar atento a esses remanejamentos. Então, quando nós estamos falando de um remanejamento de recursos, a gente está falando de um recurso que não foi destinado e que falta na cidade. E essa falta hoje que está fazendo. Por exemplo, coletores de materiais tecnológicos, celulares, pilhas, computadores usados, a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

gente não tem. É preciso que a gente acompanhe de perto esses remanejamentos. Eu tenho certeza que na gestão nós acompanharemos o que está sendo feito com o dinheiro público e aqui trago a minha cautela e a minha observância”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 03 (Marcos Henriques, Mikika Leitão, Marmuthe Cavalcanti); abstenções: 01 (Carlão pelo Bem); ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Eu até entendo as explicações do colega Bruno, como falei, tem todo meu respeito, mas explica, mas não justifica, porque faltam 16 dias, então, está assinado atestado de incompetência da gestão em ter realizado as atividades que se propunha desde quando foi feita a LDO de 2021, como também a LOA. Então, não cumpriu esse ano, está provado que não cumpriu. Aí, nas últimas horas, mais esse remanejamento. Mas pasmem, vereador Carlão, passar esses recursos para onde, para a manutenção da frota veicular. Mas tem essas frotas todas lá na Emlur? Para gastar R\$1.319.000 (um milhão, trezentos e dezenove mil reais) em 16 dias? Tem essa frota toda, porque pelo que me consta 90% da frota da Emlur são carros locados por empresas terceirizadas, contratada por empresas terceirizadas. Eu fico muito preocupado com esses remanejamentos e acho que a população fica realmente com a pulga atrás da orelha porque, de fato, não fica bem explicado”. A Sra. vereadora Cris Furtado disse: “Eu só gostaria de justificar, eu votei a favor do projeto de lei, mas que eu entendo a explanação do vereador Marmuthe, do vereador Carlão. Eu também acredito que é necessário um planejamento para que ações tão importantes como essas voltadas a preservação do meio ambiente não sejam relegadas, para chegarmos ao final do ano e fazermos um remanejamento. Estou aqui para ajudar o prefeito Cícero a gerir da melhor forma possível essa cidade, mas eu acredito que fica aqui a minha justificativa e que no próximo ano a equipe esteja atenta para que realmente os valores previstos sejam devidamente atualizados”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Volto de novo a importância. Nós temos Ecopraças pela cidade? Nós temos Ecopraças. Por que esses recursos não foram destinados para essas Ecopraças? A gente ia atender muito mais pessoas. Mas estão preocupados em fazer uma correção de nove, dez por cento de uma frota que nós já pagamos muito caro. A Emlur já paga muito caro essas empresas terceirizadas. Inclusive, houve mudanças de empresas para que fosse prestado o melhor serviço e ainda deixam a desejar. Então, a gente precisa estar preocupado com isso. Não foi feito aqui, eu vi a secretaria de Meio Ambiente colocando vários trabalhos e várias ações, por que ela não reivindicou esses recursos? Gente, a gente precisa estar atento com o que está acontecendo com o dinheiro público. Os nossos mandados estão aqui, estão em jogo. Fiscalizar é o nosso papel e eu e os demais vereadores não iremos abrir mão disso”.

ITEM 17: PLO 1212/2022

Autoria: Prefeito Cícero Lucena

Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE FOMENTO À HABITAÇÃO – FUNHAB, PARA GERENCIAMENTO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE FOMENTO À HABITAÇÃO.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Damásio Franca Neto disse: “Desde já, fazendo a leitura do projeto, eu gostaria de pedir vistas nesse projeto para apreciar melhor, fazer essa solicitação ao presidente”. O Sr.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Mais um projeto que, de fato, merece um olhar especial de nós vereadores. A gente precisa entender que lado a gente vai defender, se o povo ou se é o prefeito, se é o prefeito que elege os senhores hoje ou se é o povo que elege os senhores. Esse projeto aqui da criação, está de parabéns a gestão pela criação desse conselho, agora, exclui a Câmara Municipal desse conselho, não tem representante da Câmara nesse Conselho Gestor! O que é isso? Essa Casa não tem mais valor, não, Presidente? Eu defendo essa Casa onde estiver e vou continuar defendendo porque, acima de mim, não está o prefeito não, está o povo, então, não pode a Câmara ficar de fora desse conselho, não, até porque diz aqui que o conselho é formado por entidades públicas, E por que a Câmara não está? A gente não pode discutir também onde os fundos para Habitação vão ser direcionados? Por que a Câmara vai se excluir disso? Então, eu peço que, de fato, para corroborar o pedido de vistas do vereador Damásio, tive que suscitar essa minha indignação porque, de fato, é inaceitável a Câmara ficar excluída, preterida, dessa discussão dos recursos que serão implantados na habitação dos nossos munícipes”. O Sr. vereador Marcos Henrique disse: “Sr. Presidente não estou vendo aqui a sociedade civil dentro desse projeto, movimentos sociais. Mas qual o critério? Quais critérios? Porque existem várias emendas, vários arremedos de entidades que são criados apenas para compor algumas entidades. Um exemplo mais claro que a gente tem é a questão do Conselho Tarifário, no entanto, essa daqui a gente precisa que nesse projeto tenham critérios para escolher as entidades civis”. O Sr. Presidente, vereador Dinho disse: “Para colaborar também, vereador, não é Conselho Tarifário, é Conselho de Mobilidade Urbana, para concluir. E vou lhe dizer, vamos acabar com esse debate, a Câmara é representação, sim, e se não está nesse projeto, o pedido de vistas do vereador Damásio já está acatado”.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, concedeu pedido de vistas do projeto ao vereador Damásio Franca Neto.

ITEM 18: PLO 1224/2022

Autoria: Vereador Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NA SEGGOV, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (50mil)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu queria fazer uma sugestão à vossa excelência, até porque nós já fizemos isso. Primeiro, solicitar ao vereador Bruno Farias, na condição de líder, que possa trazer o projeto ainda hoje à Casa e que a gente possa fazer uma sessão ou hoje ainda, no final da tarde, ou amanhã pela manhã, para não prejudicar os servidores da Câmara Municipal. Não é justo com a câmara, não é justo com os servidores da Casa e eu não vejo nenhum problema. Nós não estamos pedindo dinheiro suplementar ao poder executivo, nós estamos votando o que é nosso, redistribuindo o que é nosso e aprendi nesta Casa que gesto se paga com gestos. E esta



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Casa votou durante esse ano o maior índice de orçamento remanejado em toda sua história e não teve aqui um único problema por parte de nenhum colega vereador”.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Trago aqui uma preocupação que vem sendo expressada por vários trabalhadores bancários, trabalhadores do Bradesco, onde se faz uma coisa que jamais foi feita no Brasil, rompendo contratos. Romper contratos é uma especialidade da gestão Cícero Lucena, começou rompendo contrato com as empresas de coleta de lixo, depois rompeu contrato com as empresas de monitoramento eletrônico da cidade e agora rompe um contrato com bancos. O Tribunal de Contas do Estado imediatamente se posicionou e olha o que o tribunal falou: ‘o Tribunal de Contas considerou ainda o evidente prejuízo que poderá acarretar aos correntistas sem o atendimento presencial inicial em razão da falta de agências bancárias no município, evidenciando indícios de irregularidades, bem como perigo na demora, capaz de causar danos ao erário pela possibilidade de que uma contratação pública derivada da licitação com vícios na origem venha a se concretizar’. Quando nós falamos em Tribunal de Contas falar sobre a questão do vício e sobre a questão da licitação é algo muito claro, a lei é clara. O contrato foi claramente encerrado e o contrato foi claramente impelido, porque vai se pagar uma multa. E se essa multa, pelo que eu estudei, for igual ao valor da contratação, sabe quem é que sai perdendo? A cidade de João Pessoa. É um contrato gestado no camarote do Flamengo, lá no Maracanã. Esses contratos gestados dessa forma nunca dão certo, porque é amizade. O BRB, sem nenhum demérito, que tem que fazer contrato mesmo, é o mesmo banco que fez o financiamento do 02, naquela mansão em Brasília. Os indícios de envolvimento político para essa contratação são claros e no decorrer do ano eu vou explicar tudo aqui. Aí, você coloca mais de 100 funcionários, você traz risco e traz para cá um banco que não tem uma agência sequer. Tem que fazer um concurso público, acho muito difícil que esse banco faça concurso público, porque o BRB é um banco estadual. Então, eu não poderia ser diferente ao criticar essa quebra de acordo feita de maneira atabalhoada e que a Justiça não vai permitir que isso possa se vingar. O contrato com o Bradesco é até o final do ano, do outro ano de 2023. Então, esse prejuízo é muito grande. Um governo que quer gerar o desemprego, um governo que não respeita os contratos, um governo que vai causar um prejuízo ao erário. O Tribunal de Contas do Estado falando de maneira muito clara e tem mais, vejam bem, o corpo técnico do Tribunal de Contas constatou também que *‘a dispensa da licitação foi amparada no artigo 24, da Lei 8666, que faculta a contratação de serviços prestados por entidades que integram a administração pública e que tenha sido criado para esse fim específico. No caso dos autos, a gestão da folha de pagamento do município, no entanto, a contratação foi realizada com o Banco de Brasília, criado com a função de dotar o governo do Distrito Federal de um agente financeiro que possibilitasse captar recursos necessários’*. Está claro, eu creio que a prefeitura deve se posicionar e voltar atrás. Que se abra uma licitação para que todos os bancos possam participar. Essa história de você usar o compadrio para gerir uma cidade, não cola mais. A Justiça vai se pronunciar e esse erro que a prefeitura está cometendo pela terceira vez, há de ser remediado. Quero me solidarizar com os trabalhadores e trabalhadoras do banco Bradesco, dizer que essa Casa vai fazer esse debate, que a Justiça vai se pronunciar e que esse erro crasso que a prefeitura está cometendo haverá de terminar”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Bruno Farias, disse: “Senhores vereadores, tempos estranhos estamos vivendo. O vereador Marcos Henrique, do PT, se solidarizando com o banco Bradesco. Mas enquanto o vereador Marcos Henriques se solidariza com o banco Bradesco, eu me solidarizo com a cidade de João Pessoa. Quem ama esta cidade, não pode ser contra a injeção de 60 milhões de reais nos cofres públicos. Quem ama esta cidade, entre duas propostas, uma de 40 milhões e outra de 60 milhões, escolhe a proposta de 60 milhões. Como se sabe a Lei de Licitações é regida por normas gerais e específicas, mas também por princípios, doutrinas e por jurisprudência. E existe um princípio que baseia a lógica dos certames licitatórios, o princípio da vantajosidade, a proposta mais vantajosa, a que oferta as melhores condições é aquela que ganha no âmbito da administração pública. Nós estamos falando de outras cartelas de serviços que são oferecidos pelo BRB e que o Bradesco não oferece para a cidade, de crédito consignado em parcelas dilatadas até 144 meses, o Bradesco oferece isso? Juros e taxas menores que aqueles ofertados pelo Bradesco, financiamento imobiliário para servidores públicos no BRB, o Bradesco não tem. E como se não bastasse isso, o BRB antes mesmo de gerenciar a folha já investe na cidade, em eventos esportivos organizados aqui em João Pessoa que são patrocinados pelo BRB e o Bradesco não patrocina nada. Investimentos em infraestrutura através de pavimentação, que foi aprovado nesta Casa, e que estão sendo feitos com recursos emprestado pelo BRB a juros módicos, abaixo do mercado. A Câmara que sonhava e sonha com o novo prédio, só vai ter a possibilidade de construir e entregá-lo à população de João Pessoa através do BRB. Então, discurso político numa hora dessas quando o maior prejudicado com essa decisão cautelar é o povo de João Pessoa? É jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União a contratação de banco público para gerenciamento de folha de pessoal pode ser feito por dispensa de licitação”.

3º Orador (a)

A oradora, Sr.ª vereadora Cris Furtado, disse: “Boa tarde senhores vereadores presentes, vereadora Fabíola, as pessoas que estão na galeria e a todas as pessoas que estão nos assistindo e nos ouvindo por meio da TV Câmara e da rádio Câmara. Minha fala aqui hoje, inicialmente, é para parabenizar o governo do estado e a Assembleia Legislativa pela aprovação do PL que isenta, vereadora Fabíola, 320.000 condutores de motocicletas de até 170 cilindradas do pagamento do IPVA. Então, fiquei muito feliz ao ler esta notícia e ver que a Assembleia aprovou esse projeto do nosso governador João Azevêdo. Gostaria também de utilizar esse tempo para trazer aqui uma demanda de vários municípios. Na sessão de hoje foi muito discutido acerca da qualidade do transporte público e eu, como representante do povo, tenho recebido muitas reclamações, não apenas na qualidade do transporte, mas o número de veículos disponibilizados que após a pandemia não voltaram a circular o mesmo número de ônibus de antes, supressão de linhas. Então, atitudes como essas deixam uma conta muito cara para o nosso povo. Então, eu gostaria de um olhar atento da administração neste sentido, para melhorar a qualidade do nosso transporte público. Outro motivo aqui que me traz à tribuna é falar que no último dia 10 foi encerrado o período de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher. É um período muito importante e eu gostaria de dizer que é uma obrigação nossa como cidadãs e cidadãos lutar diariamente para eliminar a violência de gênero, a violência contra mulher. No nosso país esse período começa no dia 20, com o Dia da Consciência Negra, e se estende até o dia 10. É uma pauta que não pode ser relegada. Infelizmente, na nossa cidade a secretaria da Mulher ainda é uma secretaria extraordinária que não possui dotação própria e assim as suas ações ficam limitadas, e a minha presença nesta Casa também é uma luta para transformar a secretaria das mulheres do nosso município



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

numa secretaria ordinária, com dotação orçamentária própria para poder fazer muito mais no sentido de combater este mal que não é peculiar a nossa cidade e ao nosso país, mas é um problema mundial”.

4º Orador (a)

O orador, Sr. vereador João Bosco - Bosquinho, disse: “Muito obrigado, Sr. Presidente, vereador Thiago, venho dizer da nossa felicidade em vir à Câmara discutindo, debatendo os mais diversos temas da nossa cidade, e também, passando aqui para fazer o registro que no dia de ontem estive no bairro do Miramar, na Rua Juiz João Agrícola Montenegro, para a população que está nos escutando nesse instante é a rua que fica o antigo Forroirão da Praia, que faz a interligação entre Eptácio Pessoa e Avenida Rui Carneiro. O motivo de satisfação é a pavimentação asfáltica realizada pela Seinfra e, na sequência, a Semob fará a sinalização horizontal e vertical, fazendo com que a cidade tenha esse corredor que possa ajudar na fluidez do trânsito. Já no finalzinho da tarde, à noite, estive no bairro dos Ipês, onde com os moradores, nossa amiga Vitória e Marcelo, tivemos a felicidade de recepcionar a chegada da iluminação em LED numa das avenidas principais do bairro onde circula o transporte coletivo e a população reclamava muito da iluminação fragilizada naquela área fazendo com que tivesse diversos furtos e que os meliantes faziam a verdadeira festa naquela região. Então, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a secretaria de Infraestrutura, na pessoa do secretário Rubens Falcão, e também, da diretora Joyce, fizeram com que a iluminação em LED chegasse para aquele bairro. São situações como essa que, no dia a dia, que devemos observar e fazer com que a cidade possa ter a melhoria da qualidade de vida, então, são debates, são assuntos, são temas como esse dentro de tantos projetos aqui discutidos na manhã de hoje que a gente traz com a felicidade de celebrar junto com a população que está recebendo essas benfeitorias. Queria também para finalizar chamar atenção, mais uma vez, do governo do estado e da Polícia Militar daqueles que fazem a segurança pública do nosso Estado aqui com atenção da vereadora Cris Furtado, que tem escutado e também da vereadora Fabíola Rezende, vereador Bruno Farias, vereador Milanez, vereador Thiago que nos escutam, de um caso ocorrido aproximadamente 15 dias atrás, 10 dias atrás, e o nosso apelo é para que isso não entre apenas nos números de estatística com relação à violência no nosso município. No bairro do Altiplano em plena luz do dia, um cidadão com 64 anos foi morto a tiros, mais ou menos 10 horas da manhã, e passa o dia, Copa do Mundo, uma agenda de feriados, a questão da Copa tira a atenção da população para outras coisas e esses crimes estão a ocorrer nos mais diversos bairros da cidade, que é importante fazemos esse apelo para que o governo renovado pela maioria dos paraibanos, na urna, o Governador João Azevêdo, que ele possa agora nesse segundo mandato priorizar a segurança pública na nossa cidade. Nós estamos assistindo com tristeza essa violência contumaz no nosso município e que a polícia possa intensificar as rondas, que a gente possa ter pelo menos essa sensação de segurança porque ao passar uma viatura, ao circular no bairro uma viatura, nós possamos passar essa sensação de segurança e que os bandidos possam se assustar com a presença da polícia. Então, que a gente possa ter um estado com mais viaturas, com mais contingente policial para dar conta do recado, que a gente possa ter a nossa cidade restabelecida a tranquilidade, que é isso que nós queremos. Então, Sr. Presidente agradeço a vossa excelência a benevolência de acatar a nossa fala no dia de hoje, agradecer a todos os vereadores que aqui nos escutaram, a população que está na galeria e que nós possamos ter dias melhores, muito obrigado”.

5º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Fernando Milanez Neto, disse: “Meu registro aqui é apenas um agradecimento à prefeitura Municipal de João Pessoa, o prefeito Cícero Lucena, uma luta que a gente



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

já vinha travando nesta Casa desde 2019 em relação a iluminação de LED do bairro Treze de Maio, um bairro extremamente importante onde já tem um trabalho que o mandato que a gente representa atua lá na construção da praça do prédio Plaza de Maia, também, de igual forma, a luta que a gente teve com a comunidade Riachinho e hoje é muito gratificante ver mais uma luta sendo alcançada que é exatamente a iluminação 100% LED para a comunidade e o bairro Treze de Maio, levando segurança, bem estar e uma qualidade vida melhor para as pessoas que ali vivem. Muito obrigado senhor presidente”.

6º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão, disse: “Quero agradecer muito a todos da Câmara Municipal de João Pessoa, os servidores, vou ser breve. Missão dada, missão cumprida. Foi dito isso no sussurro aos ouvidos aí depois a gente escuta, *tem muita gente para prender e muita multa para aplicar*. Foi dito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, vossa excelência, Alexandre de Moraes. Eu tenho certeza que o ministro estava falando de muita gente para prender, eu tenho certeza que quando ele disse isso ele estava pensando em homens maus, claro, ministro do Supremo Tribunal Federal, quando ele diz tem muita gente para prender, ele está falando de traficantes perigosos da sociedade. Quando o ministro disse isso ele estava falando: quero prender os corruptos que tiram o dinheiro da nação, que tiram da saúde, que tiram da educação, que tiram da infraestrutura, esses corruptos têm que ser presos. Então, tem muita gente para prender ministro, tenho certeza que o senhor está falando disso. Eu tenho certeza que quando o senhor falou tem muita multa para aplicar, estava falando de empresas que usam o serviço e o trabalho e as ações públicas para botar dinheiro no bolso. Eu tenho certeza que o ministro estava falando sobre isso. Eu não posso crer, nem quero acreditar que o ministro Alexandre de Moraes falou sobre muita gente para prender e muita multa para aplicar, eu não quero entender que o ministro, o senhor, vossa excelência Alexandre de Moraes, estava falando das pessoas que estão na frente dos quartéis, tenho certeza que o ministro não estava falando dessas pessoas. Essas pessoas que estão de verde amarelo, que estão com um terço na mão, que fazem seus louvores na frente dos quartéis, que deixam seus trabalhos e vão lá com suas famílias, que estão lutando por transparência eleitoral, eu tenho certeza que vossa excelência não estava falando dessas pessoas que trabalham o dia inteiro e depois se encontram à noite. Eu tenho certeza que o ministro não estava falando de pessoas que fazem doações para que ali fiquem homens e mulheres de bem, eu tenho certeza ministro, vossa excelência não estava falando dessas pessoas de bem, eu tenho certeza disso, porque se foi, vossa excelência está pensando errado, porque se você excelência está falando de conservadores, se vossa excelência está falando de homens e mulheres de direita, se vossa excelência estiver falando das famílias que estão na frente dos quartéis buscando que seu direito constitucional seja garantido, então, lamento dizer, com humilde convicção que no mundo do Direito, um mero advogado, muito distante do conhecimento jurídico de vossa excelência, mas eu tenho certeza que vossa excelência se equivocou. Se estava falando das pessoas dos quartéis, das famílias indo aos quartéis, das mulheres de idade, homens de bem, mulheres de bem que estão ainda nos quartéis, se falou sobre eles, vossa excelência está completamente equivocado, errado do começo ao fim. Não ministro, a sociedade tem que usar o seu poder de fogo contra homens perigosos, contra assassinos, estupradores, pedófilos, criminosos, dentro do Judiciário, fora dele, dentro da câmara dos vereadores, fora dela, dentro do Congresso Nacional fora dele, dentro do Senado e fora dele. É isso ministro, eu tenho certeza que vossa excelência tem esse poder e essa força. Agora ministro, por favor ministro, me permita, vossa excelência tem que lembrar que existe um consenso dentro do poder judiciário de estar a todo instante liberando traficantes perigosos. Não deixe isso acontecer ministro. Esses homens são maus, fazem muito mal à sociedade,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

matam filhos de mulheres, matam famílias, usam crianças como aviãozinho, tiram a vida delas com sete, oito, dez anos de idade. Ministro, não deixe esses homens perigosos saírem das cadeias. Ministro, aplique essas multas para quem faz mal-uso do dinheiro público. Ministro, permita o exercício da democracia. Não deixe que a gente tenha consciência de que estamos, de fato, numa ditadura do Judiciário aplicada por um homem só. Vossa excelência precisa cair na consciência de que o seu salário é pago por esse povo que está nas ruas. Oh ministro, eu queria mandar uma mensagem, permita-me, desse humilde advogado, vereador de uma capital. Não vamos esquecer do sistema acusatório que há muito tempo não vem sendo cumprido por vossa excelência. Delegado investiga, Ministério Público acusa, poder Judiciário aplica a lei, advogado defende. Faz tempo ministro que eu não vejo o sistema acusatório sendo defendido, princípios como o devido processo legal nunca mais existiu. Contraditório, o princípio do contraditório está fora hoje, nunca ouvi falar. A ampla defesa não existe mais, princípios basilares do direito, ministro, Alexandre de Moraes, por favor, vossa excelência não faça isso com os homens de bem. A gente tem que caçar e perseguir os maus para que a sociedade continue acreditando no direito e na justiça”.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h40, na presidência, o Sr. vereador Thiago Lucena declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 2022.

Vereador Valdir Dowsley - Dinho
Presidente da Mesa

Vereador Damásio Franca Neto
Primeiro-Secretário